

GRACILIANO RAMOS: LITERATURA E MILITÂNCIA

Ana Amélia de Melo

Universidade Federal do Ceará

Resumo: Em 1945, o escritor alagoano Graciliano Ramos registra-se como membro do Partido Comunista Brasileiro ao lado de outros escritores. O momento de entusiasmo e redemocratização, entretanto, dura apenas até 1947, quando o PCB perde seu registro. Os vínculos de Graciliano com o partido, porém, permanecem intensos até seu falecimento em 1953. Como parte de sua militância, Graciliano participa da Associação Brasileira de Escritores (ABDE). Neste artigo, busco refletir sobre o significado desse engajamento do escritor e sobre a forma como ele compreendia a relação entre autonomia literária e compromisso político. Para isso, utilizo aqui os textos políticos, discursos e escritos publicados em jornais e revistas.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, Partido Comunista Brasileiro, ABDE

Abstract: In 1945 the writer from Alagoas, Graciliano Ramos, registered himself as a member of the Brazilian Communist Party along with other writers. The moment of enthusiasm and redemocratization, however, only lasts until 1947, when PCB loses its registration. Graciliano's ties to the party, however, remained strong until his death in 1953. As part of his militancy, Graciliano participates in the Associação Brasileira de Escritores. In this article, I seek to reflect on the meaning of this writer's engagement and on how he understands the relationship between literary autonomy and political commitment. For that, I use here political texts, speeches and writings published in newspapers and magazines.

Keywords: Graciliano Ramos, Brazilian Communist Party, ABDE

I

Em 14 de fevereiro de 1943, foi fundada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Escritores, conhecida como ABDE. Entre os signatários do estatuto de fundação, estava Graciliano Ramos junto a 26 outros escritores, entre eles Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda, Astrojildo Pereira, Marques de Rabelo. Os objetivos da entidade encontravam-se expostos no primeiro parágrafo do documento. Entre outras metas, estabelecia-se que a associação tinha “a finalidade de, contribuindo para o desenvolvimento cultural do país, defender os direitos fundamentais do indivíduo intelectual e zelar pelos interesses dos escritores brasileiros [...]”.¹ Abertamente, a entidade se propunha a zelar pelos interesses profissionais de escritores. Um dos temas mais debatidos seria justamente a estipulação de valores e percentual para pagamento de direitos autorais. Vale dizer que as atividades da Associação não se limitavam às seções do Rio e São Paulo; é possível identificar nos boletins da entidade a existência e funcionamento de seções em Pernambuco, Ceará, Pará, Piauí, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.² Originalmente voltada para os interesses profissionais de literatos, a Associação, nascida no contexto de repressão e censura política estadonovista, logo se transformará num espaço de debates e críticas ao governo. O formalismo do estatuto inaugural estritamente considerado não deixa entrever o que, de fato, era a ABDE.

Graciliano Ramos mantinha fortes vínculos com a ABDE, chegando a ocupar por duas vezes o cargo de presidente da Associação, durante 1951 e 1952, e, além disso, era também militante ativo do Partido Comunista. Segundo seu biógrafo Dênis de Moraes, a direção da Associação teria sido assumida a pedido do Partido.³ Neste artigo, procuro refletir sobre essa dupla militância do escritor alagoano, especialmente sobre sua compreensão do papel do escritor e da literatura na sociedade brasileira nos anos 1940 e 1950.

Recentemente, alguns historiadores têm analisado a militância política de Graciliano e a relação desta com a sua literatura.⁴ É frequente a comparação com o escritor Jorge Amado, pelas trajetórias

¹ Estatuto da Associação Brasileira de Escritores, Rio de Janeiro 12 de fevereiro de 1943.

² Boletim Mensal de Literatura, ABDE, n. 1, agosto de 1949. CEDEM/UNESP.

³ Dênis de Moraes. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996, p. 278.

⁴ Julia M. Barbosa, *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2010. (Tese de Doutorado em

militantes de ambos no Partido Comunista e na ABDE. Esse duplo ativismo nos leva a refletir sobre o grau de autonomia do campo literário para definir suas fronteiras e suas relações com a política. Como caracterizar, por exemplo, a situação do escritor alagoano frente às exigências da militância? Entre os escritores engajados, é possível definir aqueles que, em nome da política e do que consideram suas responsabilidades, comprometem sua criação com as decisões político-partidárias. Por outro lado, é possível identificar, dentro desse mesmo grupo de intelectuais engajados, aqueles que se posicionam como uma consciência crítica e que militam, mas não empenham sua arte nas diretrizes partidárias.⁵ Considero que essas definições podem ajudar a compreender a posição militante de Graciliano e o lugar de sua escrita.

II

Não é meu objetivo traçar uma biografia do escritor alagoano, entretanto, faz-se necessário ressaltar a relação de Graciliano com a política. Este envolvimento teve início efetivo a partir de 1926, quando o escritor foi escolhido para ocupar o cargo de presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios (1926-1928). Em seguida, ele foi eleito prefeito dessa cidade, exercendo seu mandato até 1930. De 1924 a 1926, antes de ocupar o cargo de prefeito, Graciliano trabalhou no comércio e, nos intervalos, escrevia. No entanto, por seu conhecido autodidatismo, bem como sua preocupação com o ensino, sua frequente organização de cursos de língua portuguesa e sua aproximação com as elites locais, foi escolhido para a direção da Junta Escolar, como afirmado anteriormente. A tarefa seria realizada com dificuldade, pela falta de recursos comuns nas cidades do interior do Nordeste; porém, a atividade o faria conhecido e ampliaria sua participação no mundo da política.⁶

Em 1930, abandona a prefeitura e dirige-se a Maceió para ocupar o cargo de direção da Imprensa Oficial do Estado. Na capital, rápido se integraria a um grupo de jovens literatos e

História). Mônica S. Araújo, *A arte do partido para o povo: o realismo socialista no Brasil e as relações entre artistas e o PCB (1945-1958)*. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002, p. 121 (Dissertação de Mestrado em História). Dênis de Moraes, *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

⁵ Ver Claudia Gilman. *Entre la pluma y el fusil: Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2003. A pesquisadora argentina busca refletir sobre as posições que deviam assumir os escritores nos anos 1960, especialmente frente ao processo revolucionário cubano. Aqui, tomo de empréstimo a análise da autora.

⁶ Valdemar de Souza Lima, op. cit., p.106 e Dênis de Moraes, op. cit., p. 50. Ver também: Thiago Mio Salla. Graciliano Ramos e o poder público: de escritor-funcionário a funcionário escritor. *Revista de Literatura Brasileira*, UFRGS, Vol. 32, N° 59, 2019. <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95006>.

estudiosos. O grupo era formado por Aurélio Buarque de Holanda; Alberto Passos Guimarães, cientista social posteriormente ligado ao PCB; Santa Rosa, pintor e desenhista; Jorge de Lima, político e depois poeta; José Lins do Rego, escritor; entre outros intelectuais. Diariamente, esses jovens intelectuais se reuniam no Bar Central. Graciliano habitualmente tomava seu café e sua cachaça, acompanhado sempre de cigarros.⁷ Com a Revolução de 30, o escritor, após uma rápida prisão, retorna para Palmeira dos Índios, onde fica até 1933, quando assume a Direção de Instrução Pública do Estado. Nesse período, dedica-se à escrita, publicando *Caetés*, em 1933, e *São Bernardo*, em 1934.

A prisão de Graciliano Ramos, em 1936, segundo depoimento do próprio autor de *Memórias do Cárcere* e de sua filha Clara Ramos,⁸ baseara-se especialmente na conduta inflexível do escritor diante da direção da Instrução Pública de Alagoas. A prática da delação era estimulada pelo governo e pela polícia como forma de controle político. Após a fracassada rebelião armada comunista de 1935, a polícia de Getúlio Vargas prendeu diversos intelectuais. A atmosfera de vigilância e suspeitas instalara-se com o Estado Novo. Cidadãos comuns eram levados às cadeias, em diversos casos, sem o conhecimento cabal das causas. Graciliano, apesar de não estar inscrito no partido, foi preso com outros intelectuais. Na mesma época, foram presos Jorge Amado, Santo Rosa, Caio Prado Junior, Di Cavalcanti, Hermes Lima, Eneida, Castro Rabelo, Álvaro Moreira, entre outros.⁹ A filiação do escritor ao PCB se daria somente em 1945, quando é apresentado como candidato à Constituinte de 1946. Nos dez anos que antecedem sua filiação, no entanto, já estreitara laços com diversos militantes e mantinha-se como uma figura próxima do partido. É nesse processo de aproximação da militância comunista que deve ser situada a participação do escritor na ABDE.

A filiação de Graciliano Ramos ao Partido Comunista do Brasil é anunciada em manchete do jornal comunista *Tribuna Popular*, em 18 de agosto de 1945. Nesse momento, o escritor, recordando sua prisão em 1936 e o convívio com os “companheiros do partido”, declara ter sempre se sentido “perfeitamente ligados a eles”. O periódico ressalta o vínculo a partir da literatura, justificando que é nela que se encontram as declarações de Graciliano que legitimam sua filiação ao Partido Comunista, “nos depoimentos de *S. Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas*”. Mais à frente, Graciliano esclarece: “[...] e se

⁷ Dênis de Moraes, op. cit., pp. 66 e 67.

⁸ Segundo sua filha, Graciliano Ramos não seria preso por “implicações ideológicas”, mas pelas posições assumidas frente às desigualdades sociais quando era diretor da Instrução Pública de Alagoas. Ver Clara Ramos, *Cadeia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992, p. 26.

⁹ Entrevista de Jorge Amado mencionada em Barbosa, Julia Monnerat. Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 a 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado no PCB. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, UFF, 2010.

até agora me limitei a só apoiá-los, sem tomar posição militante, foi por não saber se poderia de qualquer maneira ser útil [...]” (*Tribuna Popular*, 18 de agosto de 1945, p. 2). A militância significou não apenas apoiar a formação de uma Assembleia Constituinte, como também ser candidato a deputado pelo partido, junto a intelectuais como Jorge Amado, Álvaro Moreira, Caio Prado, Mario Schemberg, Candido Portinari e Aparício Torelli. Ainda que não se eleja, não abandona a militância.

III

Desde 1942, a participação na ABDE representava, dentro dos limites da ditadura estadonovista, uma perspectiva militante. Em um discurso de Graciliano Ramos, pronunciado em 1951, para tomar posse da presidência da associação, o autor afirmaria não se tratar esta de um “clube recreativo”. Suas palavras eram claras: “vários companheiros achavam conveniente afastarmos da associação qualquer sombra de política”.¹⁰ Na fala, Graciliano faz referência aos embates sofridos nas eleições da associação em 1949, quando alguns membros se desfiliaram por considerar que o Partido Comunista pretendia transformar a entidade em um órgão de sua direta influência. O escritor alagoano busca desfazer tanto uma quanto outra acusação, defendendo a ideia de que a literatura não poderia ser um “sorriso da sociedade”. Para ele, ainda segundo seu discurso, é dever do escritor referir-se às “miudezas e misérias, chagas e farrapos de almas [...]. E o vasto mundo, lá fora, também não nos predispõe ao ócio contente”.

Essa posição era defendida oficialmente pela ABDE desde 1945, quando realizara o I Congresso Brasileiro de Escritores em São Paulo. Aliás, esse posicionamento já se manifestava desde a Declaração de Princípios, na qual se pregava a defesa da democracia, o fim da censura e do Estado Novo, vinculando, portanto, os escritores à luta política. Se a associação nasce com um propósito na letra, puramente profissional, no Congresso de 1945, esta se define por declarar a necessidade de os escritores assumirem uma posição política. A tônica dos discursos dos intelectuais presentes, assim como da imprensa, era sublinhar o engajamento necessário de escritores e intelectuais. Inspirados dos exemplos da Guerra Civil Espanhola e da resistência francesa, os intelectuais brasileiros afirmam a urgência de assumir uma posição em defesa da democracia.

¹⁰ Graciliano Ramos. Discurso na ABDE. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos. Textos inéditos* (org.) Thiago Mío Salla. São Paulo, Record, 2012.

Enquanto se realizava o encontro em São Paulo, Florestan Fernandes publicava uma coluna diária na *Folha da Manhã*, intitulada “À Margem do I Congresso Brasileiro de Escritores”.¹¹ O próprio título explicita a ênfase dada ao encontro em termos de assumir uma posição frente à situação política do país. Com a chamada “Os Escritores definem uma posição”, Florestan aponta para o significado histórico do evento, apesar do temor inicial do público que comparecia ao encontro. A coluna destaca o interesse e a relevância, chamando a atenção para a fala de abertura de Aníbal Machado. Diz Florestan Fernandes:

Ao senhor Aníbal Machado coube proferir, por assim dizer, a “oração do escritor brasileiro”. É uma descrição mais ou menos geral e sumária do modo pelo qual o congresso encara as funções da inteligência e de seus problemas essenciais. E a desenvolveu integrado nas necessidades do mundo que atravessamos. Em síntese, esboçou um retrato do intelectual sintonizado com seu meio e identificado com seu povo, denunciando a “libertinagem estético individualista” de nossos antigos literatos. Para Aníbal Machado, à medida que o escritor se dissocia do povo aniquila-se, porque o afastamento das massas para o intelectual significa morte. Ao lado dos dramas individual e espiritual do escritor de nossa sociedade – um constituído pela não emancipação econômica do trabalho intelectual e outro pelas contingências de nossas condições culturais – coloca concretamente a questão das relações entre o escritor e o povo, pois o dever e a função do intelectual são os de acompanhar, orientar e esclarecer as camadas populares, tomando de fato seu partido (*Folha da Manhã*, 24/01/1945).

No Congresso de 1945, Graciliano fez parte da Delegação de Alagoas, porém não foi a São Paulo participar do encontro, tampouco participou do Congresso de 1947 em Belo Horizonte.¹² Nos anos seguintes, integrou a Comissão organizadora do III Congresso realizado em abril na cidade de Salvador, assim como assumiu a presidência do IV Congresso, realizado em Porto Alegre em 1951.

No referido discurso de posse da presidência da ABDE, Graciliano discorre também sobre a situação do escritor, destacando os diversos ofícios que este devia exercer para sobreviver. Os escritores são, de praxe, engenheiros, advogados, funcionários públicos que, às vezes, escrevem.¹³

A situação do escritor e do mercado editorial era tema frequente debatido entre intelectuais na imprensa e foi uma das questões centrais expressas na formação da ABDE. Sergio Miceli e Gustavo Sorá¹⁴ apontam para um crescimento de publicações desde os anos 1930. No bojo desse crescimento, as revistas culturais e, nos jornais, os cadernos de cultura e crítica serviam como grande espaço de

¹¹ 24 de janeiro de 1945. O Congresso instala-se no dia 22 de janeiro, segunda-feira. O mesmo jornal no dia 23 de janeiro anuncia “Instalou-se ontem nesta capital em ambiente de grande entusiasmo, o I Congresso Brasileiro de Escritores”.

¹² Graciliano Ramos, Lembranças do III Congresso. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos. Textos inéditos* (org.) Thiago Mio Salla. São Paulo, Record, 2012, p. 305.

¹³ *Ibidem*, p. 317.

¹⁴ Sergio Miceli. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. Gustavo Sorá. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Edusp. 2010.

difusão, por meio de resenhas, comentários e entrevistas com escritores e prêmios. Entretanto, segundo as palavras pessimistas do escritor alagoano, a situação ainda era muito precária e restrita a um pequeno grupo de intelectuais que podia dispor de recursos para comprar livros e jornais. Um mercado reduzido impossibilitava a sobrevivência econômica apenas com o trabalho da escrita.

Mas a reflexão de Graciliano sobre o escritor vai além das preocupações materiais. Em outro de seus escritos como membro da ABDE, ao convocar os escritores para participarem do IV Congresso, chama a atenção para os “deveres” dos escritores: “Hoje, mais do que nunca, os escritores brasileiros sentem o inelutável dever de participar também em todos os movimentos nacionais em defesa da democracia, do progresso e da paz [...]”. Graciliano reiterava a necessidade do compromisso, participando de atividades políticas e reuniões do comitê distrital da Tijuca até dezembro de 1945.

Após as eleições, frequentou a Célula Theodore Dreiser, subordinada ao Comitê Central.¹⁵ A escolha do nome foi de Graciliano, em homenagem ao escritor norte-americano, de origem operária e comunista. As reuniões aconteciam no centro do Rio de Janeiro, no escritório da editora Horizonte.¹⁶ A célula tinha por objetivo, segundo depoimento de Gilberto Paim, colhido por Dênis de Moraes, “entender e explicar as coisas que o camarada Prestes estava propondo na Constituinte ou nos informes partidários. Era nosso dever também disseminar as teses do Comitê Central, através de artigos, conferências, conversas e reuniões”.¹⁷

Entre seus textos políticos, encontram-se dois discursos que nos ajudam a compreender seu entendimento acerca tanto do papel do escritor no partido e na política do país quanto da forma como percebia esse engajamento. Um dos discursos inicia com a pergunta: “como podem servir ao Partido os trabalhadores intelectuais?”¹⁸ Para respondê-la, ele busca analisar a feitura do texto, o trabalho do escritor de ficção, comparado ao de um artesão, feito no isolamento: “o mundo exterior não nos surge diretamente, e, observando-o, o que em última análise fazemos é examinar-nos”. E continua: “cairemos então no idealismo? Não cairemos” (RAMOS, p. 279). A autorreflexão é o que possibilita, para Graciliano, ainda que de forma marcadamente pessimista, apreender a realidade e mostrar as vítimas de uma ordem social corrupta. Como ele próprio afirma, não havia interesse em esconder as mazelas.

¹⁵ No texto de Graciliano Ramos, a grafia foi aportuguesada para Teodoro Dreiser. Cf. Thiago M. Salla, p. 283.

¹⁶ Ver informações em Dênis de Moraes. *O velho Graça*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996, p. 218.

¹⁷ Dênis de Moraes. *O velho Graça*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992, p. 218.

¹⁸ Graciliano Ramos. *Garranchos*. Textos inéditos (org.) Thiago Mio Salla. São Paulo, Record, 2012, p. 277.

Ainda no mesmo discurso, Graciliano considera que fazia autobiografia (RAMOS, p. 279). Foi precisamente esse sentido autobiográfico que Antonio Candido destacou como solução precípua na escrita de Graciliano. Para o crítico, o escritor alagoano desenvolve, em sua obra, um percurso que vai da ficção, abastecida nas lembranças e experiências do narrador, às memórias expressas nas últimas obras, nas recordações não ficcionadas do escritor. Essa ponderação aproxima-se da reflexão desenvolvida pelo próprio autor, quando examina como os escritores podem ser úteis ao Partido.

Em seu discurso na célula Teodoro Dreiser, Graciliano procura examinar a literatura de alguns escritores contemporâneos, tecendo críticas ao que chamou de “donos do romance introspectivo”. Segundo disse:

Ora, há alguns anos brotou aqui uma literatura presumidamente misteriosa, sombria, infernal, que abusa das palavras mistério, sombra e inferno, mas onde não percebemos mistério, nem sombra, nem inferno. [...] Esses cavalheiros [...] condenaram a novela de costumes, o estudo social, o documento. Na verdade, pretendiam anular o fator econômico, fugir a materialismos inconvenientes – e em consequência apresentaram-nos fantasmas e proclamaram-se donos do romance introspectivo. Afirmamos repetidamente a esses homens que o mundo subjetivo não exclui o objetivo; pelo contrário, baseia-se nele.¹⁹

Finalmente, ele considera ser essa a literatura que deve oferecer ao Partido. Essa afirmação não significou que ele considerasse tratar-se de uma arte operária ou burguesa. Algumas linhas à frente, ele afirma não concordar com essa ideia, mas sim que a arte estava a serviço de uma classe. Sua arte, portanto, estaria a serviço do povo, conforme discurso proferido em março de 1947.²⁰ A palestra intitulada “Cultura a serviço do povo” fez parte das atividades da campanha do livro, organizada pelo partido para difusão e venda das obras das editoras Horizonte e Vitória. O objetivo da campanha, conforme afirma o jornal *Tribuna Popular*, era “educar as camadas populares da população carioca”, com palestras e homenagens a escritores e com venda de livros a preços acessíveis.²¹ Graciliano engajou-se na campanha, assim como havia se engajado na publicação do partido, desde dezembro de 1946, quando passa a colaborar na *Tribuna Popular*.

IV

¹⁹ Graciliano Ramos. Discurso à célula Teodoro Dreiser. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos. Textos inéditos* (org.) Thiago Mio Salla. São Paulo, Record, 2012, p. 280

²⁰ Graciliano Ramos. *Garranchos. Textos inéditos* (org.) Thiago Mio Salla. São Paulo, Record, 2012, p. 293.

²¹ *Tribuna Popular*, 27 de fevereiro de 1947, edição n. 535, p. 3.

Em 1947, o alinhamento do governo Dutra à política norte-americana significou a cassação do registro do PCB e, no ano seguinte, a cassação do mandato dos parlamentares comunistas. Podemos indagar de que maneira essa configuração política repercute na militância de Graciliano e em sua escrita. O escritor assume com disciplina sua militância, escrevendo textos políticos e participando ativamente das tarefas do partido, conforme fica registrado em diversos discursos feitos como parte dessa militância. Ao mesmo tempo, dedica-se às memórias, ideia que vinha alimentando desde que saíra da prisão. Nesse período, escreve também *Viagem*, livro de memórias sobre a visita à URSS, em 1952. Como nos fala Marisa S. de Mello,²² Graciliano, em suas memórias, explicita não aderir a uma arte como propaganda política, seu engajamento concretizava-se via atividade militante, assumindo tarefas como intelectual.

A cassação do partido intensificará as exigências de compromisso dos militantes. Sob essa perspectiva, a ABDE se torna um dos alvos dos comunistas, que pressionam para que os intelectuais do partido assumam maior compromisso na entidade. Graciliano Ramos e Jorge Amado foram figuras centrais que emprestaram seu prestígio de escritores à causa do partido.

Também se exercerá pressão sobre a revista *Literatura*, que circula nesse período de 1946-48 e da qual Graciliano participará como membro do Conselho de Redação. *Literatura* foi criada em setembro de 1946, no Rio de Janeiro. Seu diretor, Astrojildo Pereira, era o fundador do PCB e um dos dirigentes da ABDE. O Conselho de Redação era formado por Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Arthur Ramos, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Orígenes Lessa, além do secretário Jorge Medauar e do gerente Antonio Ferreira da Silva. Esse grupo de intelectuais permaneceu até o último número da publicação, em outubro de 1948. Quando, no II Congresso de Escritores, realizado em Belo Horizonte, Jorge Amado, desconsiderando a Comissão de Assuntos Políticos, apresenta uma moção contra a cassação do PCB, o grupo de intelectuais da comissão decide renunciar. Igualmente uma nota de protesto contra o fechamento da *Tribuna Popular* foi publicada em *Literatura* assinada por vários intelectuais, entre eles Graciliano Ramos. A tensão leva vários colaboradores a abandonarem a revista, assumindo o impresso, uma posição mais alinhada de propaganda partidária.

Em *Literatura*, Graciliano havia publicado o artigo intitulado “A decadência do romance brasileiro”, no qual faz uma dura crítica aos escritores de sua geração, que passaram, naqueles anos 1940, a se preocupar em demasia em agradar ao público.

²² Marisa S. Mello. “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista”. In: MATTOS, M. B., BARBOSA, Julia, et al. (org.). *Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro, BomTexto/FAPERJ, 2010.

Essas mulheres de Amando Fontes representam bem os nossos romances atuais, direitos, comedidos, inofensivos. Desapareceram os mocambos, os sobradões onde se alojavam trabalhadores e vagabundos, as cadeias sujas, as bagaceiras e os canaviais, as fábricas e os saveiros, a escola da vila. E a nossa literatura começou a comportar-se, na moral e na sintaxe, como as mulheres da rua do Siriri. Baniu-se o palavão, verdadeiro e bíblico. Afastou-se o negro. As personagens branquearam. E, timidamente, aproximam-se da Academia.²³

O artigo ressalta tanto a necessidade de elaborar personagens que expressassem a realidade dos pobres, do mundo popular e dos trabalhadores, quanto a importância de colocá-los em situações que funcionassem na economia do romance, sem obedecer a fórmulas ou seguir padrões estéticos pré-estabelecidos. Esse sentido crítico não esteve presente em artigo de maio de 1946 quando escreve sobre a relação entre os comunistas e a criação literária, assumindo a defesa do partido, ao afirmar que “o partido nenhum dano causa à produção literária”.

Se, a partir de 1947, a situação endurece, aumentando a cobrança do PCB sobre o compromisso dos escritores, Graciliano mantém seu compromisso militante. Com efeito, nos textos políticos, nos discursos, nos textos da imprensa e na própria escrita do livro *Viagens*, contemporizava com a disciplina partidária. Segundo Marisa S de Mello, esse livro era finalmente a contrapartida que o Partido exigia do escritor ao levá-lo em visita à URSS.²⁴ De fato, as viagens fizeram parte de uma diplomacia cultural da URSS, bastante frequente nesses anos 1940 e 1950. Entretanto, o autor mantinha-se resistente diante de qualquer possibilidade de intromissão na escrita de *Memórias do Cárcere*, seu último livro publicado postumamente. Como muito bem demonstra Fabio C. Alves, a adoção de um olhar subjetivo permitia ao escritor fugir da esperada “reportagem” e das expectativas partidárias.²⁵ Servir-se dessa perspectiva tampouco significou abandonar o esforço de reconstrução de uma realidade a partir das experiências vividas, mas apontar para a existência de um narrador que, no processo de rememoração “seleciona e reordena a matéria tratada”. Seguindo ainda as reflexões elaboradas por Alves, deve-se destacar que é o militante de 1946 quem escreve e rememora à luz, portanto, desse momento político.²⁶

²³ Graciliano Ramos, *Literatura*, ano I, n.1, 1946, p.23. (Centro de Documentação e Memória, CEDEM/UNESP).

²⁴ Marisa S. Mello “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista”. In: MATOS, M. B.; BARBOSA, Julia *et al.* (org.), *Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro, BomTexto/FAPERJ, 2010, p. 138.

²⁵ Fabio C. Alves. *Armas de papel: Graciliano Ramos, as ‘Memórias do Cárcere’ e o Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, Editora 34, p. 29.

²⁶ Fabio C. Alves. *op. cit.*, p. 28.

V

Graciliano, como pudemos observar, em seu trabalho como escritor, divergiu da linha do partido e de qualquer possibilidade de renúncia à sua autonomia literária. Isso não significou abstenção das atividades militantes.

Desde que ingressa no Partido em 1945, não abandona suas fileiras. Em realidade, o acirramento das tensões e perseguições, especialmente a partir de 1947, fortaleceu sua militância, levando-o a assumir funções em entidades culturais como ABDE, órgãos de imprensa e em célula do Partido. Enquanto romancista, buscou escrutinar o mundo social, como ele próprio afirmara, “sem esconder mazelas”, defendendo a literatura como arma contra a “arte neutra”. Graciliano, em diversas passagens de seus discursos, reitera suas reflexões e conhecimento sobre as responsabilidades do escritor, mas, ao mesmo tempo, faz uma defesa da autonomia, apontando a impossibilidade de fabricação de uma literatura sem reflexão, sem o tempo necessário de “ruminação”, conforme dizia, numa metáfora zoomórfica.

Como destaca Antonio Candido, seu percurso de escritor de romances foi cedendo lugar ao memorialista. Essa constatação condiz com sua militância após 1945. Nesse sentido, se retomamos a reflexão inicial aqui proposta, de pensar o tipo de engajamento intelectual, podemos identificar o escritor alagoano como um intelectual militante, que não empenha sua arte nas diretrizes partidárias.

De fato, em sua última intervenção na célula Theodore Dreiser, Graciliano apresenta a proposta de contribuição dos escritores ao Partido, para que estes não apenas se restrinjam a realizar incumbências práticas, quase sempre estranhas à profissão de escritores. As atribuições desempenhadas pelos escritores foram listadas. Eram inúmeras as tarefas, como participar de mesas-redondas para discutir carestia da vida, realizar entrevistas e debates sobre problemas de economia doméstica, discursar em comícios, colar cartazes, pichar muros. Depreende-se de tais atividades o papel secundário dos escritores no partido, conferindo antes de mais nada prestígio à causa do Partido. A proposta de Graciliano consistia em estimular a formação de escritores jovens dentro do partido. Em suas palavras, tratava-se de “formar, enfim, todo um grupo de escritores do Partido, autores de obras ficcionais, inspiradas na realidade, na vida e no sofrimento de nosso povo”. Estabelecia-se ainda que, se surgissem bons textos, estes seriam encaminhados para publicação com a ajuda da célula. Também indicava a possibilidade de organização de cursos para aperfeiçoamento de jovens que

mostrassem talentos para a escrita.²⁷ Não há notícias de avanço da proposta, apenas de encerramento da célula Theodore Dreiser. A proposta agradou aos membros da célula, no entanto o diretor do Comitê Central, Diógenes Arruda, considerou que as decisões estavam sendo tomadas sem consulta.

Para finalizar, podemos concluir que esses episódios dão demonstração de certo conflito entre o Partido e Graciliano, apesar da militância disciplinada do escritor alagoano e de seu esforço para contribuir com o Partido, a partir de sua função como escritor. Certamente Graciliano compreendia, com lucidez, os limites de sua intervenção e as tensões de um engajamento que não abdicava da autonomia literária.

²⁷ Graciliano Ramos. *Garranchos*. Textos inéditos (org.) Thiago Mio Salla. São Paulo, Record, 2012, p. 292.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Fabio C. *Armas de papel: Graciliano Ramos, as 'Memórias do Cárcere' e o Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, Editora 34.
- Araújo, Mônica S. *A arte do partido para o povo: o realismo socialista no Brasil e as relações entre artistas e o PCB (1945-1958)*. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado em História).
- Barbosa, Julia M. *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2010. (Tese de Doutorado em História).
- Gilman, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2003.
- Mello, Marisa S. “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista”. In: MATTOS, M. B.; BARBOSA, Julia, *et al.* (org.), *Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro, BomTexto/FAPERJ, 2010.
- Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- Moraes, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996.
- Moraes, Dênis de. *O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.
- Salla, Thiago Mio. “Graciliano Ramos e o poder público: de escritor-funcionário a funcionário e escritor”. *Revista de Literatura Brasileira*, UFRGS, Vol. 32, N° 59, 2019. <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95006>.
- Sorá, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Edusp. 2010.

Ana Amélia de Melo possui graduação em História (UFRJ), Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Realizou Pós-Doutorado no Instituto de Estudios Avanzados (IDEA) da Universidade de Santiago, Chile. Atualmente é professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Tem desenvolvido pesquisas sobre História intelectual, escritores, impressos e política na América Latina, com publicações sobre revistas literárias, escritores comunistas e associações de escritores.